

Falando de Direito

Boletim Informativo da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos
Margarida Maria Alves

Ano 4 - n.º 11 - janeiro, fevereiro e março de 2007

30 mil famílias não têm onde morar na PB

Julyana Alencar

Mais de 30 mil famílias paraibanas estão sem-teto, sendo que metade delas mora em João Pessoa. Este é o déficit habitacional da Paraíba, números significativos e que aumentam a cada dia. Os dados são do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), que há 14 anos está presente no estado atuando em oito cidades: João Pessoa, Santa Rita, Bayeux, Cabedelo, Patos, Sapé, Salgado de São Félix e Pitimbu. "Não lutamos só pela casa e sim pela infra-estrutura para que essas famílias possam viver dignamente", afirma Roberto da Silva, coordenador do Movimento.

Apesar de todo o trabalho que tem sido realizado, o déficit habitacional ainda assusta. De acordo com o Movimento, seria necessário que em cada ano de mandato o governador, prefeito e presidente construíssem cerca de 3,5 mil casas para que este déficit crescente começasse a diminuir.

O Movimento tenta trabalhar em conjunto com as três esferas do poder executivo, nos níveis federal, estadual e municipal. "Infelizmente, por questões políticas, esse trabalho em conjunto não ocorre aqui na Paraíba, mas, estão sendo realizados projetos para a moradia, principalmente, no âmbito federal e municipal", disse o coordenador. O Governo Federal tem realizado

alguns programas para melhoria da habitação no país. De acordo com Roberto, os recursos destinados à moradia eram gerenciados unicamente pelos estados e pelos municípios, mas hoje há uma maior abertura para os movimentos sociais interferirem nas políticas públicas de habitação.

Há algumas boas notícias. Agora em dezembro devem ser entregues 200 casas na capital e em março do próximo ano o Movimento, juntamente com a prefeitura de João Pessoa, entregam mais 1.336 casas. "Aqui na capital existem cerca de sete acampamentos e a atual prefeitura e o movimento estão trabalhando para que todos (as) tenham uma moradia digna", relata.



Movimento condena venda de casas

Mesmo com essa luta constante, ainda existem pessoas que vendem suas casas e vão morar em condições piores do que estavam. Para Roberto esta é uma

ação condenada pelo Movimento. "Quando sabemos de um caso como este, imediatamente contactamos o órgão responsável para que se tomem providências. Infelizmente, o voto ainda é considerado mais importante que a moradia, logo, essas famílias continuam com as casas. Porém, nós condenamos essa prática e retiramos a pessoa do movimento", garante.

Para tentar diminuir outra prática comum, a da migração, o Governo Federal criou um cadastro das pessoas que foram contempladas com a moradia em todo o território nacional para que este mesmo cidadão não vá de cidade em cidade ganhando casas. Graças a esse cadastramento foi possível detectar que três das 1.336 famílias que seriam contempladas no ano que vem já tinham ganhado casas em outras cidades da Paraíba.



Déficit - Falta de casas obriga famílias a ocuparem prédios vazios e acampamentos

A Fundação fala

Editorial

Mais um ano termina e, para nós, da Fundação, se encerra também um ciclo de três anos, com o conseqüente encerramento de nossos projetos. Desde o início deste semestre, começamos uma verdadeira batalha para manter funcionando em 2007 os trabalhos desenvolvidos ao longo deste tempo. Afinal, tantas conquistas alcançadas não podem ficar para trás, nem parar exatamente quando estão a pleno vapor.

Uma das ferramentas utilizadas pela Fundação neste triênio foi o Falando DHireito, que tem feito circular em suas páginas notícias sobre a defesa dos Direitos Humanos como uma forma de dar visibilidade às constantes violações. Também temos mostrado experiências positivas e mudanças da realidade através do controle social, uma prova de que as coisas podem ser diferentes.

Resta-nos, portanto, desejar que todos os projetos sejam renovados e que em 2007 possamos continuar chegando até você, leitor, interessado em ter um mundo diferente. E que este continue sendo um canal alternativo para a defesa dos DH.

EXPEDIENTE

Falando DHireito é uma publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves.
Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro
CEP: 58011-110, João Pessoa, PB.
Tele-fax: 3221-3014

www.fundacaomargaridaalves.org.br
fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br

Jornalista responsável:

Aline Oliveira (1963/PB)

Reportagem e diagramação:

Aline Oliveira e Julyana Alencar (voluntária)

Fotos: arquivo da entidade

Tiragem: 1.000 exemplares.

Apoio: Cafod, Cordaid e Misereor

Impressão: F&A Gráfica e Editora

Desafio no Terceiro Setor: Transparência urgente e necessária

Aline Oliveira

Jornalista da Fundação Margarida Maria Alves

Neste final de ano viu-se espalhar em todo o Brasil um sentimento de desconfiança em relação ao Terceiro Setor. Depois da prisão de uma quadrilha que captava milhões de reais para cuidar de pacientes de câncer e que atuava em vários estados brasileiros sem atender uma única pessoa, a sociedade perdeu um pouco de suas referências e começou a olhar com olhos atentos para este Setor. Afinal, como separar o joio do trigo neste mar de escândalos?

Para quem atua de forma séria dentro do Setor, esta desconfiança é apenas mais um obstáculo a ser vencido na batalha diária de manter uma entidade funcionando. Quantas e quantas vezes, é preciso contar com o apoio voluntário e apaixonado de quem apenas quer ver o mundo um pouco diferente para poder garantir que os resultados serão alcançados? Quantas vezes é preciso contar apenas com a boa vontade para fazer mais do que é possível, mas o que é necessário.

O que se vê, na verdade, é a necessidade dos órgãos de controle se fazerem mais presentes e que seja garantida a transparência deste trabalho. Este ano foi marcante para a Paraíba neste sentido, pois finalmente começou a funcionar a Curadoria das Fundações, que a partir de então começa a fiscalizar de forma mais

atenta quem trabalha em atividades ditas "sem fins lucrativos", mas está captando recursos para isso. Os escândalos também chamaram a atenção de outros órgãos, mas o que se vê no momento é que também eles estão entrando no clima de desconfiar de tudo e de todos.

Esta, no entanto, também é uma boa oportunidade para que as entidades percebam que os tempos são outros e que hoje se faz necessário ter uma visão

“Quantas vezes é preciso contar com o apoio voluntário e apaixonado de quem apenas quer ver o mundo um pouco diferente para poder garantir que os resultados serão alcançados?”

quase mercadológica da gestão das atividades e dos recursos, principalmente em relação à prestação de contas e monitoramento dos resultados. Afinal, nosso produto não é palpável, mas pode ser comprovado – e quem financia nossas atividades merece uma satisfação sem rasuras.

Como já foi dito, é preciso saber separar o joio do trigo. Assim como a Fundação Margarida Maria Alves tem consciência de estar, com muito esforço, cumprindo com o seu papel, contando apenas com o apoio da Cooperação Internacional, muitas outras entidades parceiras também merecem a confiança da sociedade. O que esperamos é que tudo isso seja esclarecido e, ao final, as entidades que trabalham com seriedade vejam suas reputações serem protegidas através da divulgação de quem cumpre com seus compromissos de forma ílibada e transparente.

Caro leitor, você também pode contribuir com a continuidade dos programas e projetos na defesa dos Direitos Humanos, promoção e exercício da cidadania, desenvolvidos pela Fundação, através de doações na **Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco**, adquirindo nossos produtos ou sendo nosso voluntário.



"A justiça é o pão do povo
 Às vezes bastante, às vezes pouco.
 Às vezes de gosto bom, às vezes de gosto ruim...
 (...) O povo necessita do pão diário,
 Da justiça bastante e saudável
 Sendo o pão da justiça tão importante,
 quem, amigos, deve prepará-lo?
 (...) Deve o pão da justiça ser preparado
 pelo povo. Bastante, saudável, diário."

(trecho de *O Pão do Povo*, Bertold Brecht)



Celebração - Em sentido anti-horário: Juristas fazem o juramento; poema lido por Raquel; lançamento do Caderno de Oficinas do Focoej; e os convidados dançam ciranda ao som de Dona Moça



Quem é a turma?

10 mulheres

7 homens

4 jovens

10 entidades

Áreas de atuação: portadores de deficiência, meio ambiente, associação de moradores, meio ambiente, moradia.



Fundação forma 17 novos Juristas

Foi ao som das cirandas da banda Dona Moça que a Paraíba recebeu na noite do dia 7 de dezembro seus novos 17 Juristas Populares, que concluíram a sétima versão do Curso de Formação promovido pela Fundação Margarida Maria Alves. A festa marcou a celebração pela passagem do Dia Internacional dos Direitos Humanos. Para a presidenta da entidade, Socorro Praxedes, este é um momento de celebração da própria cidadania, já que o direito adquire o seu aspecto mais desejado: o de estar acessível à comunidade.

Para a nova Jurista Raquel Limeira, da Associação Paraibana dos Amigos da Natureza (Apan), o desafio agora é difícil e o trabalho está apenas começando. "Estar aqui concluindo o curso é a reafirmação do nosso compromisso com as demandas da nossa comunidade e com o bem estar das pessoas que necessitam das informações de que hoje dispomos", acredita. Para ela, ser Jurista Popular é ter a capacidade de enfrentar as dificuldades e frustrações do sistema de justiça vigente e mapear as entidades com as quais se pode contar.

Já para Genildo José da Silva, da Associação dos Deficientes Físicos (Asdef), o trabalho dos Juristas

Populares ajuda a comunidade a não se acostumar com as violações aos DH. "A gente se acostuma com tudo na vida, só não pode se acostumar com a injustiça", acredita.

Segundo a coordenadora do curso, Anna Izabella Chaves, uma das maiores conquistas é desenvolver um método onde todos (as) que estão na turma, inclusive ela mesma, tenham oportunidade de aprender. "Eu coloquei à disposição meus conhecimentos jurídicos, mas também aprendi muito com cada um deles, através do relato de suas lutas e suas realidades", garante.

Um dos resultados do Curso é capacitar pessoas que podem orientar os cidadãos para o acesso ao Direito e estima-se que pelo menos mil pessoas sejam atendidas mensalmente pelos Juristas na grande João Pessoa. A próxima edição está prevista para começar em março de 2007 e as inscrições para a seleção começam dia 1º de fevereiro.

Lançamento - Além da formatura dos Juristas Populares, o Fórum de Controle Externo do Judiciário (Focoej) aproveitou a noite para lançar seu 2º Caderno de Oficinas, publicação de uma série de textos produzidos pelos componentes do Fórum sobre temas ligados à justiça. Para Ewerton Nóbrega, membro do Focoej, o lançamento não poderia acontecer em momento mais propício, já que está em total sintonia com os propósitos de trabalho dos (as) Juristas. "Espero contar com todos (as) eles (as) nesta luta", sugere.



Avanços na multiplicação do Direito



Formação de Juristas Populares

Em três anos, a Fundação formou quase 60 novos Juristas, que, no total já passam dos cem. O projeto se mostrou tão positivo que a cada ano a procura pelas inscrições é maior e outras entidades, a exemplo do Sedup, de Guarabira, e do Projeto Atores, estão procurando a Fundação para oferecer módulos do curso para seus públicos. Além disso, a metodologia continua sendo incrementada a cada ano e as turmas estão cada vez mais democráticas, envolvendo inclusive mulheres, indígenas e portadores de deficiência.

Rede de Juristas Populares

Quem só conheceu a Rede no 1º Encontro Nacional de Experiências em Formação Jurídico Popular não faz idéia de que ela começou como uma tímida articulação, que trabalhava apenas em âmbito local. Hoje, os (as) Juristas estão conquistando direitos básicos, como o acesso ao transporte através do trapiche novo, em Forte Velho, potencializando o trabalho das suas entidades. Uma pesquisa de junho deste ano permite estimar que pelo menos mil pessoas sejam atendidas todos os meses pela Rede com orientação sobre o Direito.



Comunidades acompanhadas

Com a ajuda da Fundação, a comunidade de Casa Branca, em Bayeux, está começando sua discussão sobre a regularização fundiária da área. Mas este processo já está bem mais avançado para os moradores de Mussumagro, em João Pessoa, onde uma ação por usucapião coletivo e outra administrativa estão sendo movidas, de forma a garantir aos moradores a posse do lugar onde vivem. E a comunidade de Forte Velho, em Santa Rita, também está neste ritmo, lutando para manter a posse da terra onde moram.

Atuação em fóruns e redes

Depois de quase seis anos de iniciado um processo no Ministério Público, o Fórum Estadual de Reforma Urbana, com a assessoria da Fundação, conseguiu fazer com que a prefeitura da capital iniciasse obras de melhoria no Condomínio Amizade. Já o Fórum de Controle Externo do Judiciário (Focoej) provocou o MP a cobrar solução para o problema do estacionamento em torno dos órgãos do Judiciário, que se transformaram em Zona Azul, e também deu início a uma discussão sobre a revista íntima, promovendo um seminário em Campina Grande.



117 Juristas Populares formados

25 Entidades participando da Rede de Juristas

15 Oficinas comunitárias

Direito marcam triênio da Fundação

Democratizar a Justiça, através da multiplicação do conhecimento do Direito, promovendo assim uma cultura de defesa dos Direitos Humanos. É assim que se pode resumir este triênio de trabalho da Fundação Margarida Maria Alves, que se encerra em dezembro de 2006. Afinal, pode-se dizer que os projetos que deram mais certo nestes três anos foram o Curso de Formação e a Rede de Juristas Populares. Com 117 Juristas formados e pelo menos metade deles articulados na Rede, pode-se dizer que a Fundação até perdeu o controle de para onde o Direito está se multiplicando.

Uma prova disso foi conseguir realizar o 1º Encontro Nacional de Experiências em Formação Jurídico Popular em novembro passado (ver páginas 7 e 8) e ver que os (as) Juristas paraibanos (as) discutiram em pé de igualdade com outras experiências do país. “Socializar este trabalho local foi um grande avanço e uma comprovação de nosso poder de gerar muitos outros resultados”, avalia a coordenadora de projetos da Fundação, Marcina Coelho.

Mesmo pensando no local, uma avaliação muito positiva é feita ao final do triênio: os (as) Juristas formados (as) pela Fundação estão cumprindo com seu papel. “Eles perdem o medo da Justiça, descobrem que têm direitos e que existe solução para uma série de problemas do cotidiano – seja da comunidade, seja da entidade”, acredita a coordenadora do Curso, Anna Izabella Chaves. E os espaços de atuação são os mais variados, indo desde as questões de gênero, passando pelas comunitárias e atingindo as étnicas, como as indígenas.

Para a técnica Cândida Magalhães, que acompanha três dos



Casa própria - Nova sede permitiu otimizar os serviços oferecidos pela entidade

quatro núcleos da Rede, mesmo os Juristas que não participam da articulação estão fazendo a multiplicação do Direito em suas entidades e movimentos, o que deve ser contado como resultado. Para ela, eles estão ajudando as pessoas a resolverem problemas jurídicos e até

extra judiciais, lutando pelo que agora sabem ser um direito garantido e que precisa ser respeitado. “Se você perguntar o que eles estão fazendo, estão fortalecendo as lutas de suas entidades de origem. E isto é excelente para nós”, avalia.

Desafios: recurso e monitoramento

Para 2007, os desafios são imensos para quem compõe a equipe da Fundação. Além do compromisso de dar continuidade ao que já vem sendo feito nos últimos anos, é preciso avançar. Mas, para isso, é preciso primeiro conseguir financiamento através da aprovação de novos projetos e, por isso, a Fundação está em busca de novas parcerias dentro e fora do Brasil.

Desde agosto, estes parceiros em potencial estão tendo a oportunidade de conhecer o Plano Trienal da entidade, intitulado de *Cidadania em Construção: Educação e Práticas Sociais em Direitos Humanos*, resultado de um longo trabalho de auto-avaliação da equipe e de levantamento de novas frentes

de trabalho para os anos de 2007 a 2009. Sem este apoio financeiro, no entanto, o projeto não sairá do papel.

Uma vez garantido o financiamento, tem início um outro desafio: melhorar o monitoramento dos resultados alcançados com a intervenção da Fundação. “Nós sabemos que estamos fazendo diferença na comunidade e que estamos conseguindo democratizar o Direito, mas ainda temos dificuldade de verificar como isto acontece porque nossos resultados são bastante subjetivos. Por isso precisamos pensar novos instrumentos de avaliação”, acredita Marcina. Assim, será possível dar maior visibilidade a novas ações e a resultados já alcançados.

Com líderes
rios

3 Processos por
usucapião coletivo

5 Comunidades
acompanhadas

Nova lei redefine prazo para Planos Diretores



Um Projeto de Lei, aprovado no final de novembro pelo Senado, estendeu para 30 de dezembro de 2007 o prazo para que os municípios obrigados a elaborar seus Planos Diretores cumpram com o compromisso e encaminhem o documento para ser aprovado pelas Câmaras Municipais. A novidade tirou da força o pescoço de sete prefeitos paraibanos, cujas cidades não conseguiram concluir até agora o processo. Até o dia 10 de outubro, que era o prazo inicial para a aprovação dos Planos, apenas 14 municípios haviam conseguido concluir a elaboração, sendo que apenas seis deles já tinham sancionado o documento. Os prefeitos das cidades que não conseguirem atender aos prazos podem ser acusados de improbidade administrativa.

Entre os municípios que estão com pendência está João Pessoa, que só deve começar a realizar audiências públicas para garantir a participação popular na elaboração do documento em 2007. Até agora, o que já foi encaminhado foram seminários internos para rever os códigos e criar uma estrutura que permita, de forma mais direcionada,

a realização das audiências. De acordo com o secretário de Planejamento do município, Luciano Agra, o atraso na revisão do Plano de João Pessoa é compensado por ele ter sido um documento de vanguarda.

“Temos um Plano que se antecipou em quase dez anos até mesmo ao Estatuto das Cidades e que conta com instrumentos de extrema importância para o desenvolvimento da cidade”, avalia. De fato, até mesmo a secretária executiva do Fórum Estadual de Reforma Urbana e advogada da Fundação Margarida Maria Alves, Anna Izabella Chaves, avalia que o Plano é tão avançado que 14 anos depois de

ter sido implantado na capital, está inspirando outros municípios que só agora estão elaborando os seus. “Eu não sei como é que ele foi aprovado naquela época porque é muito ousado”, acredita.

Mesmo assim, o Plano Diretor de João Pessoa ainda está começando a ser regulamentado e alguns instrumentos, a exemplo da Outorga Onerosa, só começaram a sair do papel nos últimos dois anos. Agra explica que este processo de regulamentar o que já existe no Plano atual tem atrasado ainda mais a sua revisão, já que é preciso dar prioridade a esta implementação.



Moradia - Plano Diretor beneficia áreas de ocupação regulamentadas como ZEIS.

Programação

Janeiro

Férias coletivas da equipe da Fundação

Fevereiro

1º a 16 - Inscrições para o Curso de Formação de Juristas Populares 2007

Março

Início do Curso de Formação de Juristas Populares



Ferurb quer garantir participação popular

Em audiência realizada no final de novembro com o prefeito Ricardo Coutinho, o Fórum Estadual de Reforma Urbana (Ferurb) propôs uma agenda mínima de acompanhamento do processo de revisão do Plano Diretor de João Pessoa. De acordo com Anna Izabella Chaves, o que se quer é a realização de reuniões sistemáticas para que a prefeitura apresente os passos dados às entidades que compõem o Ferurb. “Assim, nós também teremos oportunidade de contribuir com sugestões, já que nós estamos muito perto desta realidade e

podemos apresentar os desejos da comunidade”, justifica.

Mas, além disso tudo, Izabella acredita que é necessário garantir a participação popular na definição do novo Plano, principalmente para evitar que conquistas que o Plano atual já garante acabem se perdendo por conta de brigas e posições políticas. Alguns instrumentos, ela avalia, precisam ser mantidos e exigem controle social para que isso aconteça. “A gente precisa ficar de olho para não correr o risco de, ao invés de avançar, retroceder no curso”, defende.

Projeto de Lei que cria os agentes comunitários de justiça gera polêmica no 1º Encontro Nacional



Um Projeto de Lei para criação de uma nova função na justiça brasileira, os agentes jurídicos comunitários, está tramitando na Câmara dos Deputados. O PL foi apresentado no início do mês de novembro e pretende criar uma espécie de conciliador que evitaria que as pessoas precisassem entrar na justiça por conta de questões consideradas menores. A novidade reduziria a quantidade de processos a serem julgados, mas este novo profissional teria uma remuneração muito abaixo dos tão conhecidos salários estratosféricos do Judiciário.

A proposta foi recebida com apreensão pelas oito entidades de sete estados brasileiros que participaram do 1º Encontro Nacional de Experiências em Formação Jurídico Popular, realizado nos dias 18 e 19 de novembro, em João Pessoa, promovido pela Fundação Margarida Maria Alves. O assunto veio à tona durante a mesa que discutia a criação de uma política pública de agentes comunitários de justiça e gerou um debate acalorado. Afinal, o PL foi apresentado sem nenhuma consulta à sociedade civil.

Para a técnica da entidade gaúcha Themis, Márcia Veiga da Silva, esta política viria cobrir algo que preocupa as entidades, que é o déficit de cidadania, através da multiplicação das experiências já consolidadas de formação de agentes comunitários de justiça, resultado da formação jurídico popular. A entidade, aliás, faz parte de um grupo que há muito tempo vem discutindo o assunto e desde 2003 está buscando formas de avançar. A preocupação surgiu depois das oficinas que a Themis ofereceu para multiplicar sua própria experiência de formação jurídico popular, mas que não dava conta do impacto que este trabalho tinha depois. Só através da articulação nacional isso seria possível.

Mesmo observando que até hoje os resultados têm sido muito significativos na aproximação da

sociedade com a justiça, Fabiana Marcelino, do Coletivo Leila Diniz, do Rio Grande do Norte, acredita que seja necessário ter cuidado para que o agente comunitário não se torne mais um degrau de acesso ao Judiciário. “Quando se pensa numa rede de serviços, é preciso pensar também uma forma de dar maior acesso, além da atuação do agente”, acredita.

A figura do agente é comum em outros países, onde ele é chamado de para-legal, uma espécie de técnico judiciário, como lembra a socióloga paulista Arlene Ricoldi, membro da

União de Mulheres de São Paulo. Ela concorda que existem muitas pessoas extremamente capacitadas para esta atuação, mas não se pode deixar de levar em consideração o mercado de trabalho, já que com a oficialização desta função, gera-se uma espécie de profissionalização. “O problema do desemprego é real, principalmente no público com que trabalhamos. Como vai funcionar isto na realidade? Que lugar é este que as pessoas vão ocupar? Existem muitas dúvidas que ainda persistem e precisam ser discutidas”, avalia.



Participação - Juristas Populares entraram no debate acalorado sobre o Projeto

Próximo Nacional está marcado para 2008

O próximo Encontro Nacional ficou encaminhado para acontecer em 2008, provavelmente na Bahia, ciceroneado pela Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR). Mas antes disso, um novo encontro já está marcado: no Fórum Social Brasileiro de 2007. Para Márcia Veiga, da Themis, a nacionalização da experiência só será possível através da união de forças das

entidades que já trabalham com isto. “A gente precisa ampliar o diálogo com outras experiências e por isso é tão formidável estar em um evento como este”. A técnica da Fundação, Verônica Rodrigues, concorda e avalia que “é preciso encontrar formas de manter a articulação entre as experiências para que as respostas para as dúvidas de hoje comecem a aparecer”.

Juiz pernambucano defende justiça gratuita e universalização das Defensorias Públicas



“A Defensoria Pública, que deveria ser, a rigor, a única instituição responsável pela assistência judiciária gratuita, não recebe do Poder Executivo o tratamento de importância que merece”. É assim que o juiz pernambucano João Eudes França avalia a justiça gratuita brasileira, defendendo que o serviço judiciário deveria ser um encargo do Executivo, mas que, politicamente, isto não é interessante para os governos. Para ele, o defensor público deveria cobrar o aparelhamento do órgão para evitar que o cidadão seja o único prejudicado pela deficiência da instituição.

Eudes foi o convidado da mesa de abertura do 1º Encontro Nacional de Experiências em Formação Jurídico Popular e avalia que o grande desafio da atualidade para quem atua

na área “é simplificar os mecanismos de acesso à justiça a todos, indistintamente”.

Fazendo uma distinção entre o que é acesso à justiça e o que é acesso ao Poder Judiciário, Eudes explica que o primeiro se dá quando um conflito é resolvido, ou seja, quando a decisão judicial acontece. Antes disso, porém é necessário ter acesso ao Poder Judiciário, dar entrada em uma ação. “Neste caso a justiça é cara, o serviço judicial é deficiente, entre vários outros problemas”, reclama.

Por conta disso, ele acredita que seria ideal que o serviço judiciário fosse prestado na qualidade de serviço público gratuito, universalizando a ação da Defensoria Pública. A avaliação que ele faz do desaparecimento deste órgão é comprovada na Paraíba, onde há um defensor público para cada 12,8 mil habitantes e há 16 anos não acontece concurso público para novas contratações, além dos salários serem



Juiz - Eudes acredita na formação jurídico popular como alternativa

os mais baixos do Judiciário. Em alguns municípios não há sequer um profissional atuando, fazendo com que as comarcas vizinhas tenham que comportar toda essa demanda e aglomerem processos, o que resulta na demora dos seus resultados.



Oportunidade - Encontro possibilitou intensa troca de experiências

Agente popular aproxima Direito da vida real

É neste contexto que Eudes destaca a atuação dos projetos de formação jurídico popular, que capacitam operadores do direito fora do ambiente acadêmico, onde a erudição é privilegiada, mantendo

distância da realidade. “Nós não somos formados para colaborar na solução de conflitos e sim para estimulá-los. O operador do direito com o atividade popular deve ajustar sua atuação à realidade

social que vivencia porque o aparelho judicial, por si só, é complicado para o cidadão”, acredita.

Mas o juiz também observa iniciativas do próprio Poder Judiciário que estão reduzindo estas distâncias. A Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), por exemplo, está desenvolvendo uma campanha para simplificar o linguajar jurídico, apelidado de juridiquês. “Outros exemplos também são os tribunais que têm realizado campanhas para solução de conflitos por meios conciliatórios e a instalação de Juizados Cíveis e Criminais para solução de demandas de menor potencial”, lembra. Ele também destacou os mutirões de conciliação que o Tribunal de Justiça da Paraíba tem realizado, em sintonia com o que tem acontecido nacionalmente.